

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia trinta de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e cinquenta e seis minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto Florestal. A seguir, estão listados os membros do CODEMA que participaram da presente reunião: Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a ONG Iracambi; Sra. Carolina Gonçalves Ohuti, representando a FUNDARTE; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sr. Tiago Lima de Almeida, representando a UNIFAMINAS; Sra. Fernanda Reis Moulin e Sr. Renan Pedrosa Pereira, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas; Sr. Mateus Henrique Santos, representando o corpo de Bombeiros; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Marcelo Gomes de Lima, representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Grama-AMA; Sra. Fabrine Odete de Costa Reis; representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registrou-se a presença da Sra. Marina Valente Soares Vermelho, Diretora de Gestão e Proteção Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade e Sr. Marcos Aurelio Carvalho, do corpo de Bombeiros. Sr. Sergio Vilhena Vieira cumprimentou os membros presentes e iniciou a reunião com a primeira pauta sobre os processos de intervenção em APP. O primeiro processo nº 28058/2024 de Accor Incorporação e Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, refere-se a APP de parcelamento do solo, para atividades de Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, com área Total 44,4562 hectares, e área de Intervenção de 2.401,00 m², foi apresentado aos membros o parecer com todas as descrições. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, solicitou vista do processo pois houve problema de enquadramento, e com isso o processo foi retirado de pauta. O próximo processo nº 26736/2025 de TCM Construtora LTDA, refere-se a uma intervenção em APP, com área de intervenção de 1.512,64 m², e área total de 4.006,00 m². O objetivo da regularização é Intervenção ambiental através da estabilização granulométrica de um estacionamento de veículos e máquinas e edificação de dois galpões de 150 m2 cada, em alvenaria e cobertura metálica, com embasamento legal na Deliberação Normativa COPAM no 236, de 02 de dezembro de 2019. Córrego sem denominação (canalizado), e refere-se a uma intervenção em área de preservação permanente – APP – com supressão de cobertura vegetal arbórea nativa/exótica isolada de um Jambo e uma Mangueira. No parecer consta que é uma intervenção ambiental não corretiva. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi perguntou ao Sr. Sergio Vilhena se o setor técnico garante o art. 4 do parecer, Sr. Sergio Vilhena respondeu que sim. Foi apresentado aos membros o parecer técnico com toda descrição da intervenção. O Sr. Sergio Vilhena explicou que, não houve autuação porque a canalização foi realizada antes do ano de 2019. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou sobre a canalização em APP e informou que caberia autuação e que seria uma intervenção ambiental corretiva. O Sr. Sergio Vilhena sugeriu trocar no parecer para “intervenção ambiental corretiva” e elaborar uma justificativa para a canalização e fazer a autuação pela canalização em APP. O Sr. Sergio Vilhena informou que quem fez a canalização não foi o proprietário do terreno. Após a explanação, o Sr. Sergio Vilhena apresentou as três sugestões de compensações ambientais: opção 01 - plantio de mudas de espécies arbóreas. Não haverá ganho ambiental na implantação de PTRF; opção 02 – compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos. Apresentar projeto ou depósito: (custo de plantio de 1 hectare de mata atlântica). Valor R\$ 21.000,00 para 10.000 m² ou R\$ 2,10 m². APP com intervenção sem edificação (intervenção total 1.212,64 m2). Valor de Insumos a adquirir R\$ 2.546,54 e; opção 03: compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo Municipal de Defesa. Art. 40. Lei n. 6.164/2021 de acordo com a tabela: Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-

45 MG) (NBR 12.721:2006 - CUB 2006) – dezembro de 2024, para galpão industrial. A área objeto da
46 Intervenção (m²): 300,00. Portanto: $300,00 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 1.210,51 = \text{R\$ } 363.153,00 \times 2\%$ que equivale a R\$
47 7.263,06. Foi aprovado pelos membros a intervenção com a compensação da junção da opção 2 e opção
48 3, acrescidos do auto de infração pela intervenção corretiva. Total da compensação pecuniária: R\$
49 2.546,54 acrescidos do valor de R\$ 7.263,06 equivalendo a um total de R\$ 9.809,60 (nove mil, oitocentos
50 e nove reais e sessenta centavos). E medidas compensatórias pela supressão de árvore exótica/nativa
51 isolada em APP – 16 (dezesseis) árvores para cada uma suprimida, perfazendo um total de plantio de
52 32 (trinta e duas) mudas, com porte superior a 2 (dois) metros de altura e boas condições fitossanitárias.
53 Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi solicitou que constasse em ATA seu voto contra, pois
54 mesmo se tratando de corretiva de canalização, a canalização não se enquadraria na permissiva do
55 inciso IX. da Deliberação Normativa COPAM nº 236/2019. Finalizando esta pauta, Sr. Mateus Henrique
56 Santos questionou sobre o status da conversão de uma multa (auto de infração 129/2024 de Renan Felipe
57 de Carvalho) na doação de equipamentos (EPIs) para formação de uma brigada de incêndio. Foi
58 respondido ao Sr. Mateus Henrique que, esse tema foi discutido inicialmente na 150ª Reunião do
59 CODEMA, quando o CODEMA decidiu converter o valor pecuniário original (R\$ 3.187,80) na doação
60 de um quantitativo de EPIs para essa finalidade, contudo na 153ª reunião do CODEMA, o autuado
61 contestou a ordem de grandeza imposta nesta conversão, que ultrapassava 300% do valor original.
62 Nesta ocasião, decidiu-se manter o valor pecuniário estabelecido na multa ou permitir a aquisição dos
63 equipamentos de proteção individual, desde que respeite a equivalência do valor. Finalizando esta pauta,
64 Sr. Douglas Barbosa Castro deu início a pauta sobre as solicitações de supressões, cujo parecer técnico
65 foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp para análise previa. O primeiro processo é um boletim
66 de ocorrência nº 004/2025, e refere-se à solicitação de corte de uma Sibipiruna. Durante vistoria no local,
67 os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente constataram a presença de uma
68 árvore da espécie popularmente conhecida como sibipiruna, localizada em frente ao imóvel da
69 solicitante. A situação observada está de acordo com o relatório emitido pela Defesa Civil Municipal.
70 Ressalta-se que essa espécie não é adequada para arborização de vias urbanas, devido às seguintes
71 características: lenho frágil e suscetível a quebras, alta vulnerabilidade à infestação por cupins, baixa
72 resistência a podas e crescimento de grande porte, o que pode comprometer a segurança e a
73 infraestrutura do entorno. Diante disso, a Câmara Técnica recomenda a substituição de uma árvore no
74 local, considerando que a largura da calçada permite o plantio de espécies mais apropriadas para o
75 espaço urbano acrescidos ao plantio de quatro árvores. Os membros do CODEMA foram favoráveis de
76 acordo com a câmara técnica e as condicionantes estabelecidas. O próximo processo é um boletim de
77 Ocorrência nº 0227/2024 e refere-se à solicitação do corte de um Oiti. Durante vistoria no local, os
78 técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente identificaram uma árvore da espécie
79 conhecida popularmente como Oiti, localizada na calçada, na esquina do imóvel da solicitante (casa de
80 esquina). Foi constatado que a árvore se encontra saudável e sem risco aparente de queda, conforme
81 apontado no relatório da Defesa Civil Municipal. No entanto, a proximidade da árvore com a rede de
82 água e esgoto gera preocupação quanto à possível integridade das tubulações subterrâneas. Além disso,
83 verificou-se que a árvore representa um obstáculo que compromete a mobilidade e a acessibilidade dos
84 pedestres no local. Diante disso, recomenda-se, em um primeiro momento, a realização de uma poda
85 drástica, reduzindo a altura da árvore em aproximadamente 50%, de modo a adequá-la ao espaço
86 disponível, especialmente em relação à rede de energia elétrica e demais cabos aéreos. A supressão total
87 da árvore fica condicionada à comprovação de danos à rede subterrânea de água e/ou esgoto, mediante
88 apresentação de documento emitido pela concessionária de água (Protocolo no DEMSUR) ou por
89 profissional técnico responsável e condicionado ao plantio de 2 (duas) árvores ou depósito do valor
90 pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do
91 CODEMA foram favoráveis de acordo com a câmara técnica e as condicionantes estabelecidas. O
92 próximo processo nº 043335/2024, refere-se à solicitação do corte de quinze árvores, sendo uma

93 Sibipiruna; quatro Mangueiras; um Jambo; um Abacateiro; um Angico vermelho; duas Palmeiras e;
94 cinco Leucenas. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio
95 Ambiente verificaram a presença das quinze árvores acima do talude aos fundos do imóvel do
96 solicitante. Sendo uma sibipiruna, quatro mangueiras, uma palmeira e um abacateiro próximos à crista
97 deste talude e um jambo, uma palmeira, um angico e cinco leucenas mais distantes da crista.
98 Considerando o risco potencial ao talude pela sobrecarga pelas árvores de maior porte e próximas à
99 crista, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da supressão das árvores próximas à crista,
100 conforme descrito anteriormente. Também favorável à supressão das leucenas, por ser espécie invasora
101 altamente competitiva com as espécies nativas. Com compensação do plantio de vinte e oito árvores. Os
102 membros do CODEMA foram favoráveis de acordo com a câmara técnica e as condicionantes
103 estabelecidas. O próximo processo nº 026527/2025 refere-se à solicitação de corte de um Oiti. Em vistoria
104 no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore
105 de nome popular Oiti, localizado em frente ao imóvel de uso do solicitante. A árvore está em pequeno
106 porte, com sinais de poda recente, o que já soluciona parte da justificativa apresentada. A câmara
107 técnica votou pelo indeferimento da solicitação. Os membros do CODEMA acompanharam a câmara
108 técnica pelo indeferimento da solicitação. O próximo processo nº 043298/2024 refere-se à solicitação do
109 corte de dois Oitis. Após vistoria in loco, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio
110 Ambiente constataram a presença de duas árvores de médio porte, identificadas popularmente como
111 Oiti, localizadas na calçada em frente ao imóvel do solicitante. O imóvel, no momento da inspeção,
112 apresentava-se limpo e sem edificações, e foram observados trabalhos de terraplenagem no terreno,
113 realizados por máquinas pesadas (escavadeira de esteira). Na análise inicial, não foi evidenciada a
114 necessidade de remoção das referidas árvores para permitir o acesso das máquinas ao terreno,
115 considerando que há um espaçamento de aproximadamente oito metros entre elas, o que seria suficiente
116 para viabilizar a movimentação dos equipamentos. Adicionalmente, destaca-se que o solicitante não
117 apresentou qualquer projeto construtivo ou laudo técnico que justifique ou comprove a necessidade da
118 supressão das árvores para execução das atividades previstas. Diante do exposto, a câmara técnica
119 recomendou o indeferimento da solicitação de remoção das árvores, considerando a ausência de
120 justificativa técnica que sustente tal demanda. Os membros do CODEMA acompanharam a câmara
121 técnica pelo indeferimento da solicitação. O próximo processo nº 043486/2024 refere-se à solicitação de
122 corte de um *Ficus* localizada na Praça Farmacêutico Dom. Ciribelli. Após vistoria técnica realizada no
123 local, os profissionais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram a presença
124 de uma árvore de porte médio, identificada popularmente como figueira ou *Ficus*, situada na praça do
125 bairro Santa Terezinha, próxima à Igreja. Considerando que a árvore está localizada em um bem de
126 uso comum do povo, em área de relevante interesse público (praça), conforme disposto na Lei Municipal
127 no 6.164/2021, artigo 21, parágrafo 8º, a deliberação sobre sua supressão ou manejo não pode ser
128 dispensada, sendo necessária a apreciação pelo CODEMA. Durante a vistoria, não foram constatados
129 danos aparentes ao piso da praça nas proximidades da árvore, tampouco à escada de acesso à Igreja.
130 Destaca-se que a Igreja está construída sobre um platô elevado em relação ao nível da praça, o que reduz
131 significativamente a possibilidade de danos estruturais causados pelas raízes da figueira.
132 Adicionalmente, é importante ressaltar que, com a realização de manutenções periódicas, como podas
133 de formação adequadas, o crescimento radicular da árvore pode ser controlado, mitigando eventuais
134 riscos de danos futuros. Diante do exposto, a câmara técnica recomendou o indeferimento da solicitação,
135 considerando os aspectos técnicos observados e a relevância ambiental e paisagística da espécie para a
136 área em questão. Os membros do CODEMA acompanharam a câmara técnica pelo indeferimento da
137 solicitação. Sr. Lucas Dutra de Melo questionou sobre a Lei que dispensa a análise do CODEMA para
138 espécie *Ficus*. Sr. Douglas Barbosa Castro explicou que, na Lei, há uma exceção quando está em uso
139 público, conforme disposto na Lei Municipal no 6.164/2021, artigo 21, parágrafo 8º. Finalizando esta
140 pauta, o Sr. Victor Garcia Pinto, fiscal de atividades urbanas e Meio Ambiente, apresentou um recurso

de auto de infração que estava em pauta, nº 137/2024, de José Geraldo Alves Filho. Sr. Victor Garcia Pinto apresentou a síntese dos fatos que consta que em novembro e dezembro de 2024 o denunciante relatou que seu vizinho promoveu a poda drástica de dois oitis na Rua Projetada, 202, bloco 64, Residencial Nova Muriaé, no Distrito de Vermelho; e na data de nove de dezembro de 2024 realizou-se uma vistoria às 15 horas e constatou o cenário denunciado, após comparação com imagem antiga; na data de treze de dezembro de 2024 lavrou-se o Auto de Infração nº 137/2024, segundo a Lei nº 6164/2021 equivalente a R\$ 303,60 (trezentos e três reais e sessenta centavos) por poda excessiva. O Responsável apresentou recurso via Processo 026392/2025, onde apresentou sua justificativa que foi apresentada aos membros. Diante dos fatos, o parecer da câmara técnica foi pelo indeferimento do recurso (ausência de abertura prévia de processo de solicitação de poda drástica). O Sr. João Carlos Santos Areias sugeriu encaminhar para o Ministério Público e converter o valor do auto de infração em plantio de árvores. Todos os membros foram de acordo pelo indeferimento do recurso e a favor da conversão do valor do auto de infração em plantio de árvores. Após essa pauta, a Sra. Marina Valente Soares Vermelho, Diretora de Gestão e Proteção Ambiental, informou sobre a nova composição da Secretaria, que nessa gestão a Secretaria foi separada, e atualmente é nomeada como Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, e que agora conta com uma nova demanda que é o castra móvel, e algumas demandas sobre animais. A Sra. Marina Valente Soares Vermelho apresentou o escopo da Secretaria com as atribuições e organizações internas, trouxe o decreto com as antigas e novas atribuições da Secretaria. Também apresentou o organograma da Secretaria (com sua nova estruturação). O Sr. Volney Rosa informou novamente sobre os problemas enfrentados no bairro João XXIII, e solicitou a análise da Secretaria. Finalizando este assunto, o Sr. Mateus Henrique Santos e o Sr. Marco Aurélio Carvalho solicitaram a palavra ao conselho para expor sobre algumas demandas que o corpo de bombeiros está necessitando. O Sr. Mateus Henrique Santos solicitou ao CODEMA a aquisição de um drone para a equipe do corpo de bombeiros e explicou a necessidade deste equipamento para a equipe. Sr. Mateus Henrique informou que o drone custa em média vinte mil reais, o Sr. Marco Aurélio Carvalho complementou a fala do Sr. Mateus, sobre a importância do equipamento. O Sr. Mateus Henrique Santos se propôs a trazer na próxima reunião o orçamento para aquisição do drone, para posteriormente deliberar pelo Conselho. Os membros do CODEMA sugeriram a aquisição de dois drones, devido a tamanha importância e urgência para a equipe do corpo de bombeiros. Após este assunto, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, a nova Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, apresentou-se ao CODEMA, e justificou sua ausência no início da reunião devido a uma reunião solicitada pelo prefeito. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro expôs resumidamente sobre os objetivos e estratégias da Secretaria. Serão realizadas rodas de conversas nos distritos de Muriaé para a equipe explicar a população sobre as demandas e funções da Secretaria, objetivando a maior visibilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade à população. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro explicou que ainda falta alguns servidores para compor a Secretaria e conta com o apoio do CODEMA para dar andamento ao trabalho da Secretaria. E sobre os recursos do CODEMA, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro concorda que tem que ser utilizado para ações ambientais, para efetivar o trabalho da equipe. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro explicou também sobre o valor montante que cai na conta da prefeitura, e informou que todo dia dez de cada mês será feito o repasse do valor devido. E informou também que iniciará trabalhos de incentivos a educação ambiental e de questão ambiental. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro agradeceu a todos pela presença e se colocou à disposição para tratar sobre qualquer assunto referente a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nada mais havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às dez horas e seis minutos, sendo a presente ata assinada por todos os membros do CODEMA.

189	
190	
191	
192	
193	